

RENEGOCIAÇÃO DA DÍVIDA EXTERNA

Luiz Carlos Bresser-Pereira

Folha de S. Paulo, 29.01.1985

O vazamento para a imprensa da notícia de que a comissão designada por Tancredo Neves para estudar seu plano econômico estava propondo a capitalização parcial dos juros como forma de resolver o problema da dívida externa brasileira prejudicará desnecessariamente as negociações que o presidente do Banco Central vem realizando em Nova York com o comitê de bancos credores. Muito compreensivelmente os grandes bancos credores não gostam de ouvir falar em capitalização de juros porque esta é uma alternativa à idéia de “dinheiro novo” na qual os bancos perdem o poder decisório, transferindo-o para o devedor soberano. Além disso, os bancos norte-americanos têm problemas legais no caso de capitalização de juros.

Para o Brasil a alternativa de capitalização parcial dos juros vencidos cada ano pode ser adequada na medida em que o país, além de rolar o principal da dívida, necessite de recursos financeiros adicionais. Ao invés de obter esses recursos adicionais através de uma solicitação aos credores, que a concedem ou não mediante a forma do “dinheiro novo”, firmando novos contratos de financiamento, sob condições nem sempre razoáveis para o país, o Brasil pode obter esses mesmos recursos soberanamente através da capitalização de uma porcentagem qualquer dos juros vencidos.

Entretanto este não é o momento adequado para esse tipo de discussão. Para o futuro governo Tancredo Neves o importante agora é que o presidente do Banco Central conclua com êxito as negociações sobre o re-escalonamento plurianual do principal da dívida e sobre a redução da taxa de juros, mais precisamente dos spreads.

No processo de renegociação da dívida brasileira há sempre três itens que são freqüentemente confundidos. É preciso negociar (1) o principal, (2) a taxa de juros, e (3) a eventual necessidade de recursos adicionais. Pastore entendeu que em 1985 o Brasil não

necessitará de recursos adicionais não importa, portanto, se via dinheiro novo ou capitalização e está negociando o principal e a taxa de juros. Para 1985 as projeções mais pessimistas do balanço de pagamentos do Brasil indicam que, de fato, dificilmente necessitaremos de recursos adicionais. Ora, isto facilita muito a negociação com os credores do principal e da taxa de juros. Para o novo governo é importante que essa negociação seja concluída agora de forma que todas as suas atenções possam ser dirigidas para os problemas internos: a dívida interna, inflação, salários, controle monetário, reforma tributária, promoção das exportações.

Quanto à capitalização dos juros, esta é uma discussão que pode ficar para mais tarde. O fundamental para o Brasil é crescer a uma taxa entre 6 e 7% nos próximos anos. Fizemos um ajustamento violento nos últimos quatro anos e temos o direito, agora, de almejar esse crescimento. Para crescermos a essa taxa é muito provável que venhamos a necessitar de recursos adicionais. Recente estudo do Banco Mundial voltou a apontar nessa direção. Se os credores não nos permitirem voltar ao mercado financeiro, nem nos concederem dinheiro novo em volume suficiente via negociação, não nos restará outra alternativa senão a capitalização de parte dos juros vencidos. Esperemos, entretanto, que não seja preciso chegar a isto, e que a conclusão das negociações em Nova York abra perspectivas para o retorno do Brasil ao mercado financeiro em condições normais.(29/01)